

Colonização e literatura Palestina: Censo, mapa e museu em *Detalhe Menor*.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18446688>

Bruna Gomes dos Reis (Mestranda/ Unesp)

Email: bruna.g.reis@unesp.br

Resumo: Este ensaio se propõe a analisar o romance de Adania Shibli, *Detalhe Menor*. O trabalho surgiu de provocações compartilhadas ao longo da disciplina “Introdução ao Racismo Ambiental”, ministrada pelo professor Paulo Henrique Martinez, no PPGH da Unesp, a da atualidade do debate acerca dos direitos ambientais que são negados aos palestinos por meio de violentos processos de colonização, como o fechamento de fontes de água na Faixa de Gaza. Em nosso trabalho, buscamos identificar de que modo as instituições políticas do censo, do mapa e do museu, como elaborados por Benedict Anderson, foram instrumentalizadas pelos israelenses na ocupação, no colonialismo e no domínio da Palestina. Objetivamos ainda relacionar essas estruturas com as noções de raça, de paisagem e de memória que foram construídas no romance. O texto ficcional será utilizado para suscitar os debates acerca da disputa pela memória da Nakba na atualidade e do papel da literatura nas práticas de resistência Palestina.

Palavras-chave: Colonização, Literatura de Resistência, Nakba, Palestina.

Introdução

Em outubro de 2023, a Feira do Livro de Frankfurt (Litprom) anunciou o cancelamento da homenagem à escritora palestina Adania Shibli. Autora do livro *Detalhe Menor* (2016), publicado no Brasil em 2021, Shibli recebeu a controversa notícia pouco depois da retomada dos conflitos envolvendo o Hamas e o estado de Israel. A escolha do livro para a premiação levantava discussões anteriores. Ulrich Noller, jornalista do júri da Litprom, renunciou sua posição ao alegar que o livro retratava o Estado de Israel como uma máquina sanguinária. O comunicado de cancelamento da premiação dizia que, “perante os bárbaros ataques do grupo terrorista palestino”, a prioridade do momento era dar voz ao povo israelense.

Os trabalhos de Adania Shibli fazem parte de uma corrente literária conhecida como *Literatura de Resistência*, conceito elaborado pelo escritor Ghassan Kanafani, em 1966. Para Kanafani, literaturas de resistência são aquelas que surgiram na Palestina no contexto de ocupação israelense e podem ser divididas em dois grupos temáticos: aqueles que abordam a vida no território palestino durante a ocupação e aqueles que abordam a vida no exílio. Atualmente também são consideradas Literaturas de Resistência romances que sobre a luta decolonial e literaturas do “terceiro mundo” (Menezes, 2023, p. 196).

Segundo Mariane Gennari, a literatura na Palestina surge como uma forma de evitar que a empreitada sionista e suas tentativas de apagamento da narrativa sobre a Nakba e seus desdobramentos sejam triunfantes e únicas. Para a historiadora, obras

como as de Kanafani e demais literaturas de resistência palestina são alternativas narrativas para a historiografia, mediados por todos os efeitos da sensibilidade e da identidade proporcionadas pela literatura (Gennari, 2016, p.85).

Em *Detalhe menor*, a resistência elaborada por Kanafani se encontra tanto nas personagens quanto na autora, em sua busca pela reelaboração da memória da Nakba. O romance é dividido em duas partes. A primeira se passa em 1949, um ano após a formação do Estado de Israel e a Nakba. Todos os acontecimentos são narrados por um militar, responsável pelas expedições de reconhecimento e proteção do território recém ocupado no deserto do Neguev. Durante as inspeções, um grupo de beduínos é encontrado e assassinado pelos guardas, sobrando apenas uma menina, que é mantida em cativeiro, abusada sexualmente repetidas vezes e, por fim, assassinada. Os fatos são narrados como se estivessem escritos em um relatório militar: datado, protocolar e sem sentimentos. A narrativa não fornece informações sobre quem são os militares ou mesmo a garota assassinada.

A segunda parte do livro se passa décadas depois e é narrada por uma jovem adulta palestina. Não conhecemos detalhes de sua vida ou seu nome, sabemos apenas que ela vive em Ramallah e trabalha em um escritório. Em sua casa, a mulher encontra nos jornais uma reportagem sobre o assassinato narrado na parte um. Sua atenção se volta ao fato de que a menina foi morta no dia de seu aniversário, 13 de agosto, exatos 25 anos antes.

Em *A escrita a contrapelo: detalhes menores e a busca pela memória soterrada*, Matheus Menezes separa a primeira e a segunda parte do livro a partir das sensações que despertam no leitor. O assassinato da menina no Neguev é marcado pelo silêncio. O deserto como plano de fundo, porém, desperta sentimentos conflituosos. O vazio daquele espaço pode ser encarado como o vazio de possibilidade de resgate, ajuda e fuga da menina sequestrada. O poderio militar imposto pelos dominadores parece não encontrar limites.

O segundo momento é caótico, barulhento e nuançado presença ostensiva e ameaçadora dos colonizadores: trata-se de uma cidade sitiada com muros, grades e soldados armados. O território palestino foi fatiado em zonas nomeadas com letras do alfabeto e o trânsito de uma área para a outra é restrito. A descrição do território

corrobora com as análises contemporâneas sobre a experiência de prisão à céu aberto na Palestina.

Além da data do assassinato da menina da parte um ser a mesma do aniversário da mulher da parte dois, outro detalhe menor atravessa a história. As personagens femininas estão conectadas pela persistente violência do colonialismo sobre seus corpos e experenciam a negação do direito de ir e vir, do direito à memória e do direito à existência. Podemos ainda incluir uma terceira personagem na experiência de ocupação da Palestina, agora no século XXI. O tratamento recebido pela autora atualmente são os indícios de que a memória desse processo está em disputa.

Ao abordar a relação de colonização entre a Palestina e o estado de Israel, o romance de Adania Shibli nos permite identificar uma rica e intensa mobilização simbólica no nacionalismo judaico que fundamenta a “comunidade imaginada” do Estado de Israel (Martinez, 2019, p. 429).

Segundo Said,

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento aliadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como “raças servis” ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade”. E as ideias sobre a cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais (Said, 2012, p.30).

Em diálogo com Said e demonstrando a “mundialização” dos processos de colonização, Aníbal Quijano em *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, apresenta uma discussão sobre a invenção da raça como uma categoria mental de dominação e exploração do colonialismo e o papel do capitalismo, das relações de trabalho e de raça na consolidação desse novo sistema.

O censo e a raça

Benedict Anderson, em *Comunidades imaginadas*, explica que a criação das imagens de dominação de um Estado colonial ocorre através de três instrumentos políticos: o censo, o mapa e o museu. O primeiro tem a função de inventar a natureza dos seres humanos por ele governados, o segundo de imaginar os aspectos geográficos

do território e suas fronteiras e o último de legitimar essas narrativas por meio de suas projeções no passado.

Nas experiências estudadas por Anderson, as categorias censitárias em determinado momento tornaram-se exclusivamente raciais. A invenção e segregação de diferentes *identidades étnico-raciais* consolidam-se como estruturas de referência para os estados coloniais (Anderson, 2008, p.233). A partir de então, os grupos *racializados* são condicionados de diversas maneiras a viver e agir como imaginam os colonizadores, pois isso garante a classificação e a sistematização para o domínio.

Em 2006, *A limpeza étnica da Palestina* do historiador Ilan Pappé é apresentada ao público com dois objetivos: explorar os mecanismos da limpeza étnica palestina em 1948 e os mecanismos cognitivos que permitiram ao mundo esquecer e, em alguns casos negar, os crimes cometidos pelo movimento sionista contra o povo palestino. Para o autor, a criação do estado-nação de Israel não foi um inevitável processo de expulsão dos palestinos. O projeto sionista era o de limpeza de toda a Palestina, território que o movimento ansiava para seu novo Estado (Pappé, 2012, p. 15).

Limpeza étnica é a prática um crime contra a humanidade e pode ser definido como a política organizada de um grupo de pessoas para eliminar sistematicamente outro grupo de determinado território por conta de sua origem nacional, étnica ou religiosa. Esse processo conta com operações militares e todos os meios são válidos, da discriminação ao extermínio. A prática de extermínio foi utilizada em diferentes momentos da história, é instrumento fundamental do colonialismo e pode ser utilizada para explicar o Holocausto nazista contra os judeus e o genocídio pelo Estado de Israel contra os palestinos.

Em seu livro, o autor traz outras interpretações do conceito, como sendo o ato de expulsão mediante a força de um grupo com o objetivo de homogeneizá-lo (dicionário Hutchinson), o apagamento da história de uma região (Departamento de Estado dos EUA) e domínio étnico de um Estado em uma área etnicamente variada (ONU). Pappé afirma que, desde o planejamento até a execução, o que houve na Palestina em 1948 constitui um caso inequívoco de *limpeza étnica* (Pappé, 2012, p. 22).

A invenção de categorias raciais para colonização e domínio não são exclusividade da experiência palestina. Lilia Schwarcz em *O espetáculo das raças*:

cientistas, instituições e questão racial no Brasil destaca o papel das instituições na criação da categoria de raças pela qual deveria passar toda explicação sobre o futuro da nação e suas possibilidades. Segundo a autora, a classificação dos criminosos, valeu-se de padronização de fenótipos para enquadrar aqueles que apresentavam ou não uma ameaça para o crescimento da nação.

Na faculdade de Direito de Recife, uma das instituições analisadas por Schwarcz, acreditava-se que o pensamento e a ação de um indivíduo poderiam ser previstos por conta de seu fenótipo. A partir daí, constrói-se a noção de que a solução para problemas sociais brasileiros está na higiene social e uma infinidade de recursos são lançados para esse objetivo. Schwarcz demonstra que a classificação de pessoas a partir das categoriais raciais ganharam verniz científico e institucional. No mesmo livro, a autora recorda que “como bem mostrou Hobsbawm (1990), neste momento em que se vinculava discurso racial a projetos de cunho nacionalista, parecia oportuno imaginar uma nação em termos biológicos, regular sua reprodução, estimar uma futura homogeneidade” (Schwarcz, 2010, p.239).

Para Aníbal Quijano, a globalização que presenciamos hoje iniciou-se com a colonização da América e a formação do capitalismo colonial/moderno. Nesse processo, o eixo fundamental do *padrão de poder* foi alicerçado na classificação social da população de acordo com um critério de *raça*. Essa distinção provou-se duradoura e estável, servindo até os dias atuais para organizar a economia, a política e a cultura mundial. A codificação das diferenças sociais e culturais entre conquistadores e conquistados na ideia de raça foi o principal elemento constitutivo das relações de dominação e conquista (Quijano, 2005, p. 117).

A ideia de *raça* correspondia a supostas estruturas biológicas de classificação e diferenciação entre os grupos nativos e os colonizadores da América. As identidades sociais que resultaram desse contato (índios, negros e mestiços) foram definidas e hierarquizadas, inventando papéis sociais correspondentes à sua classificação racial. Com o passar do tempo, os próprios colonizadores também inventam uma classificação e hierarquização para si: os brancos, modernos, da Europa Ocidental são o topo dessa cadeia de classificação.

Segundo Quijano, mais do que organizar, a ideia de raça serve aos objetivos de legitimar as relações de dominação no Novo Mundo. Quando relacionada aos aspectos biológicos dos homens, a condição de conquistador dos povos ganha naturalidade. A “natural” posição dos indígenas e dos negros será definidora do seu papel na economia capitalismo mundial, bem como sua posição geográfica no globo e sua posição em relação aos europeus.

Encontramos um diálogo entre o papel do censo, de Anderson, e a limpeza étnica enquanto exercício de extermínio de um grupo humano *racializado*, de Pappé e e a hierarquização dos grupos sociais de Quijano e Schwarcz no livro *Detalhe menor*. A classificação racial é construída por meio da contraposição entre o militar e a jovem prisioneira. A menina, desde o momento em que é capturada, passa por um processo de animalização. Suas características físicas são descritas a partir do estranhamento. Seu cheiro e seus modos são classificados como sendo “de outra natureza”,

Deu uma volta em torno da menina, puxando o vestido até arrancá-lo totalmente de seu corpo, lançando-o em seguida para longe, o mais distante que pôde, junto com os outros trapos que ela trazia enrolados no corpo, em que acumulavam o fedor do esterco de animais, o bafio azedo da urina e dos fluidos secretados pela genitália, além da peste ácida do suor antigo e intensificada pelo suor recente [...] Isso o forçava a virar a cabeça para um lado e para o outro (Shibli, 2021, p. 90).

O militar ocupa o lugar de fundador do projeto neossionista¹, aquele que é capaz de “higienizar” e “limpar” o território para a invenção do novo Estado. A categorização da garota como raça inferir, oferece um alibi para a perpetuação de violências, além separar por meio de características físicas os colonos e os colonizadores. Para Anderson, a ideia fictícia do censo é de que todos estão presentes nele, e que todos ocupam um lugar extremamente claro no projeto colonial.

As instituições dedicadas à mensuração e ao controle estatal de territórios, da cultura e de contingentes demográficos assumem papéis estratégicos e operacionais na concepção e na sustentação política das identidades nacionais (Martinez, 2019, p.428) e aparecem ao longo da jornada das personagens: inspecionar e proteger o território

¹ Um debate mais aprofundado sobre esse conceito pode ser feito mediante a leitura do texto *História ambiental e paisagem cultural em Israel (2003-2020)*, publicado pelo historiador Paulo Henrique Martinez. Em: Anais do I Congresso Internacional Gestão dos Patrimônios da Humanidade Urbanos/ Simpósio internacional Patrimônios da Humanidade Mineiros no contexto internacional. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2019. p. 426-446.

conquistado de um lado, valendo-se de métodos como o extermínio e, do outro, na criação de *comunidades imaginadas* por meio do censo, do mapa e do museu.

O mapa e a paisagem

Na segunda parte do livro, a jovem palestina adulta viaja em busca de maiores informações sobre o assassinato da menina do deserto. A descrição da viagem demonstra que a colonização do território foi consolidada. A Palestina foi dividida e ocupada. Ramallah, cidade da personagem, foi separada por uma fronteira, guardas e fiscalizações do restante do antigo território.

O domínio e colonização alteraram todos os elementos conhecidos: as placas traziam outros nomes e outra língua, as regiões foram rebatizadas, bem como as estradas e vilas. Das antigas moradias e comércios não sobraram sombras. A paisagem alterou-se completamente. Antes da colonização, as pessoas conseguiam se orientar pela paisagem conhecida e rememorada por seus antigos moradores. No caso de faltar a memória, os mapas podiam ser consultados para localização. O momento em que a personagem percebe tais mudanças ficaram registradas,

Pego apressada tudo que trouxe de mapas. Alguns deles publicados pelos centros de pesquisa e estudos políticos, e mostram os limites das quatro zonas, a direção do Muro e a evolução dos assentamentos na Cisjordânia e em Gaza. Outro mapa mostra a Palestina antes de 1949, e ainda um outro, que me foi dado na locadora de carros, publicado pelo Ministério do Turismo de Israel, mostra as ruas e a urbanização de acordo com o governo israelense. (Shibli, 2021, p.238).

Para Benedict Anderson, a função do mapa na organização dos estados coloniais é de modelar a imaginação sobre o território, ou seja, de inventar uma nova realidade espacial. As fronteiras servem ao propósito de determinar os limites da autoridade e da soberania, criando uma classificação generalizante acerca de todos e tudo que vive naquele espaço. (Anderson, 2008, p. 239).

O mapa e censo são régua e compasso para a formação da demografia. Enquanto mecanismo de análise, a demografia busca compreender as dinâmicas populacionais humanas no tempo e no espaço. No projeto colonial, essas dinâmicas respondem aos mandos dos colonizadores, que ditam quais pessoas devem habitar cada parcela do

território e quais são as características imaginadas para cada porção de terra. Há assim uma adequação forçada de grupo humano e território.

Além dos instrumentos políticos como o censo, o mapa e a demografia, a paisagem também desempenha papel importante na identificação dos territórios. No romance, a paisagem conhecida antes da Nakba foi alterada pela retificação das estradas e pelo levantamento de muros e grades para assentamento dos projetos coloniais.

Em seus estudos sobre a Paisagem Cultural em Israel, Paulo Henrique Martinez chamou atenção para o fato de que a ofensiva militar israelense, a partir de 1967, com a ocupação da faixa de Gaza, das colinas de Golan, da porção oriental da cidade de Jerusalém e da península do Sinai, assinaram o prolongamento no tempo e no espaço da prática de afirmação do Estado de Israel (Martinez, 2019, p. 428). Como observado por Anderson, a anexação desses espaços é ferramenta de dominação pois obriga a convivência hegemônica de diferentes culturas e territórios.

Do mesmo modo, podemos considerar a transformação desses espaços como ferramenta de dominação pois sua reestruturação geral confusão, desordem e a não identificação dos espaços de memória. Said afirma que, desde 1948, a “Palestina não existe, exceto como uma reminiscência ou, mais fundamentalmente, como uma ideia, uma experiência política e humana e um ato de persistente vontade popular” (Said, 2012, 45).

Nicolau Sevcenko, em *O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura*, explica que o processo de colonização se realiza na destruição da população e da natureza. A percepção colonizadora da natureza são duas: a do impulso desejante pelo desconhecido pela penetração naquilo que é virgem e intocado e a percepção agressiva para extração do que vieram buscar. Ambas as percepções engendam processos de destruição da natureza e alteração da paisagem (Sevcenko, 1996, p. 110).

Na análise de Sevcenko, a natureza é um inimigo a ser vencido e espoliado, sendo totalmente destruída em alguns casos. A paisagem anterior à colonização é transformada em ruínas. No caso brasileiro, analisado no artigo, a destruição da paisagem e da natureza pré-colonial são relacionáveis a um processo de higienização territorial para receber o novo projeto de nação. O Passeio Público, a lagoa do

Boqueirão e o jardim Botânico (Sevcenko, 1996, p. 114), são exemplos da reorganização da paisagem e dos espaços naturais para abrigar os projetos coloniais.

No romance de Shibli, quando a jovem adulta adentra o território ocupado, “o prolongamento no tempo e no espaço da prática de afirmação do Estado de Israel” são evidenciadas. A personagem, apesar de não ter conhecido a Palestina desocupada, conhecia histórias que falavam desse período anterior. As memórias construídas em sua infância não pareciam em nada com o que encontrava agora. Ao recorrer ao mapa palestino que trazia consigo, bem como história dos mais velhos sobre o antigo território, a jovem nota que não detém recursos para desvendar aquele espaço. Nada do que seus olhos contemplavam se parecia com o que ouvira falar.

Em novembro de 2002, Ronnie Kasril, ministro sul-africano de Assuntos Hídricos e Silvicultura, denunciou o estado de Israel alegando que os israelenses haviam destruído *setecentos mil oliveiras e laranjeiras*. Segundo o ministro, tratava-se de um ato de vandalismo vergonhoso e espantoso, perpetrado por Estado que garantia praticar a conservação do meio ambiente. Nascentes de água foram soterradas pelos colonizadores, a alimentação é escassa, a paisagem verdejante foi substituída pelo pálido cinza muros.

Como no caso das Ilhas Canárias analisado por Sevcenko, eliminaram-se totalmente a população e a vegetação, e a partir daí, então, o território estava em condições de ser colonizado (Sevcenko, 1996, p. 110).

O museu e a memória

Superados os desafios da travessia, a personagem procura espaços de memória onde a documentação sobre o assassinato da garota poderia estar guardada. Ela vai até o Museu de História do Exército Israelense, onde se depara com a história de colonos que dançam, cultivam o próprio alimento e constroem suas cabanas. Os assentamentos são considerados marco zero na história ali narrada. Em um breve retorno aos escritos de Sevcenko, a narrativa museológica indica um território imaculado, sagrado e pronto para receber seus primeiros e únicos moradores dignos, uma vez que o não-humano, bestializado e “natural” havia sido extirpado.

Os esforços de criar um marco zero a partir da narrativa museológica encontra uma contradição: o acervo contém uma série de objetos usados pelos soldados israelenses no momento da Nakba, como uniformes, armas, veículos militares e capacetes. A história da limpeza étnica foi registrada por meio do apego aos símbolos da invenção nacional israelense.

A personagem percebe rapidamente que não encontrará registros do assassinato da garota ali e dirige para a segunda opção: o Museu e Arquivo do assentamento de Nirím. O Museu do assentamento apresenta uma narrativa semelhante com o anterior. A história começa quando “a primeira pedra foi colocada, na noite de Yom Kippur, em 1946”. No museu, além da heroica saga dos colonos, existe ainda uma versão do assassinato da primeira parte do livro, em que a menina teria sido vítima de hábitos bárbaros do seu povo

Ele responde que um dia, durante uma das suas rondas, eles encontraram o corpo de uma jovem beduína num poço próximo; e explica que quando os árabes suspeitam do comportamento de uma jovem mulher, eles a matam e jogam seu cadáver num poço. E que ele se sente mal por isso, diz, e por existirem costumes assim entre eles. (Shibli, 2021, p.308).

Segundo Anderson, os museus e a imaginação museológica são políticos. Na experiência dos estados coloniais, cumprem a função de legitimar a dominação dos povos e do território pois remontam a história em uma perspectiva hierárquica dos grupos humanos. A concretização das possibilidades de dominação do mapa e do censo são largamente tributárias do tipo específico de criação de imagens do Estado colonial em relação à história e ao poder (Anderson, 2008, p. 254).

No Museu do assentamento de Nirím, a narrativa construída referencia a visão de que o surgimento do estado de Israel foi pacífico e ordeiro. A Nakba, nesse museu, e em outros registros, foi apenas um processo de imigração dos árabes que viviam naquela região. Esta é a versão *israelita-sionista* que, segundo Pappé, que é considerada a versão oficial do que ocorreu na Palestina em 1948. A manipulação do tecido histórico pelo discurso israelense é uma forma de garantir o apagamento da história da Nakba. No livro, essas ações ficam evidentes na destruição do espaço físico por meio da destruição das vilas, extração de árvores, expulsão das famílias e adoção arbitrária de fronteiras e a manipulação da memória no arquivo e dos museus.

A narradora se deu conta de que a história sobre aquele território é a história da colonização. Na esteira dos mecanismos de colonização estão a dominação da memória, das noções de si e da subjetividade dos povos colonizados. A memória é ferramenta indispensável no processo de reorganização das noções de gênero e sexualidade dentro das sociedades colonizadas.

O assassinato da menina não estaria disponível nesses espaços de memória, mas ao sair do Museu de Nirím encontra uma mulher que reacende sua busca. A personagem identifica que essa mulher, comum aos seus olhos, à sua memória construídas pela narrativa dos pais “que poderia ter os detalhes que me ajudariam a descobrir o que aconteceu com a menina e chegar à verdade de uma vez por todas”. No entanto, diferentemente da barulhenta narrativa dos Museus que visitou, a nova personagem, *como* todas as mulheres apresentadas até aqui, entra e sai de nossa história sem identidade e, como no caso da menina assassinada, sem fala.

A jovem viajante, por fim, encontra a faceta explícita da violência. Como no dia 13 de agosto, 25 anos antes de seu nascimento, a mulher palestina é morta por soldados israelenses.

A literatura de resistência garante a presença de narrativas em busca de uma identidade que reivindica libertação e luta contra as produções históricas unilaterais e exclusivas, como aquela promovida pelo sionismo, que trata o território da Palestina como direito de preempção do povo judeu, a partir, por exemplo, da adoção de uma nova língua, readequação de paisagens, renomeação de espaços e reinvenção de mitos (Masalha, 2012, 120-134).

Conclusão

As mulheres da primeira e segunda parte do livro são assassinadas da mesma forma, apesar dos 50 anos que as separam. O final trágico, o desconforto ao longo da leitura do romance e as perguntas que ficam sem respostas são elementos característicos da literatura de resistência.

A Litprom, ao anunciar o cancelamento do prêmio para Shibli, revela que a memória da Nakba ainda está em disputa. Como observado por Anderson, a disputa pela memória é parte fundamental da invenção de um estado colonial, capaz de soterrar

de árvores a pessoas. Compreendemos que se trata de um *memoricídio* (Pappé, 2012) que começou em 15 de maio de 1948 e segue até os dias atuais.

Censo e raça para eliminar as pessoas, mapa e paisagem para destruir a natureza, museu e memória para destruir a história. Demorei-me na literatura palestina, porque acredito que ela dramatiza de maneira fiel e pungente a natureza da sobrevivência palestina no cenário árabe islâmico. Como símbolo da derrota árabe em 1948 e 1967, o palestino representa uma memória política que não é fácil dispensar. (Said, 2012, p.161).

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GENNARI, Mariane Soares. **O exílio palestino em Homens ao Sol (1963): diálogos entre História e Literatura**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13022017-130433/>. Acesso em: 02 ago. 2025.

MARTINEZ, P. H. História ambiental e paisagem cultural em Israel (2003-2020). Em: **Anais do I Congresso Internacional Gestão dos Patrimônios da Humanidade Urbanos/ Simpósio internacional Patrimônios da Humanidade Mineiros no contexto internacional**. Juíz de Fora, MG: UFJF, 2019. p. 426-446.

MENEZES, Matheus. A escrita a contrapelo: detalhes menores e a busca pela memória soterrada. **Magma**, São Paulo, Brasil, n. 19, p. 195–204, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/magma/article/view/214446>. Acesso em: 05 dez. 2024.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Editora Sundermann, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 30, p. 108–119, 1996. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25911>. Acesso em: 05 dez. 2024.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **A questão da Palestina**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SHIBLI, Adania. **Detalhe Menor**. São Paulo: Todavia, 2021.